

**GT08 - Educação e sociedade**

**Reformas no ensino técnico brasileiro: diferentes concepções e modelos  
de desenvolvimento para a nação**

**Edilza Sotero (USP)**

## **REFORMAS NO ENSINO TÉCNICO BRASILEIRO: DIFERENTES CONCEPÇÕES E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A NAÇÃO.**

**Resumo:** O objetivo da comunicação é traçar um histórico das políticas de educação profissional de nível médio no Brasil, procurando perceber as inflexões e permanências na modalidade de ensino. A análise será concentrada no século XX e início do século XXI, período em que o Estado brasileiro conduziu várias reformas educacionais que afetaram fortemente todo o sistema educacional do país. O que se busca identificar são aspectos que expressem o modelo de desenvolvimento pretendido para sociedade brasileira nos momentos destacados para análise, são eles: a Reforma Capanema (1942-1946), as LDB's de 1961, 1971 e 1996, as modificações na LDB de 1996 empreendidas durante o "Governo Lula", e as recentes propostas de expansão do ensino técnico do "Governo Dilma".

### **Introdução**

No decorrer da história educacional brasileira, o ensino profissional passou por várias transformações e assumiu diferentes funções<sup>1</sup>. No início, possuía um caráter marcadamente assistencialista, no ensino de ofícios a desvalidos sociais, depois passou a ter finalidade de formação de um

---

<sup>1</sup> A origem da educação profissional no Brasil data de 1809, quando o Príncipe Regente, futuro D. João VI, cria o Colégio das Fábricas, através de um decreto, depois que foi suspensa a proibição que impedia o funcionamento de indústrias manufatureiras no país. Durante todo século XIX, foram criadas várias instituições com finalidade de ensinar Artes e Ofícios, primeiro pelo Império e posteriormente por organizações da sociedade civil. O ponto central na criação dessas instituições é que elas visavam o atendimento aos denominados "desvalidos da sorte", com crianças orfãs e abandonadas. (Brasil, 1999)

contingente operário que atendesse às necessidades para o desenvolvimento do país<sup>2</sup>.

A conjuntura internacional pós-crise de 1929 possibilitou que o Brasil acelerasse seu processo de industrialização iniciado nas décadas anteriores. Entre 1929 e 1937, a produção industrial cresceu quase 50%<sup>3</sup>, o que exigiu ações rápidas do Estado para garantir mão-de-obra qualificada.

A mudança no público alvo do ensino profissional provocou uma enorme transformação em sua forma de organização. Assim, a partir da década de 1930, o Estado brasileiro, conduziu sucessivas reformas educacionais que afetaram fortemente a modalidade de formação. Em 1931, houve a primeira ação no sentido de regulamentação em nível federal, quando foram instituídas as bases da Educação Profissional Comercial, junto com o Ensino Secundário.

## **O Ensino Profissional do Estado Novo até a Ditadura Militar**

O Estado Novo foi um período de forte protagonismo estatal e também palco de intensas disputas, nas quais estavam em pauta novas e divergentes concepções sobre o ensino profissional no país.<sup>4</sup> A política de centralização da burocracia estatal teve como consequência a transferência para o Ministério da Educação e Saúde das Escolas de Aprendizes e Artífices<sup>5</sup>, que até então

---

<sup>2</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) apontam que até a década de 1930, durante o Estado Novo, o ensino técnico, prioritariamente industrial, ainda era marcado pelo assistencialismo, com principal proposta de “tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social mais amplo”.

<sup>3</sup> (FURTADO, 1987)

<sup>4</sup> Segundo IPEA (2010), “A industrialização brasileira a partir dos anos de 1930 deu-se com forte intervenção do Estado no papel de planejador, orientador, financiador, regulador das atividades econômicas, produtor direto e agente da manutenção da ordem social.”

<sup>5</sup> As Escolas de Aprendizes e Artífices marcam o início oficial do ensino profissional como foco na formação industrial no Brasil, criadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1909.

estavam sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A mudança na administração das escolas e de outros órgãos ligados ao ensino técnico se deu com intensa disputa de bastidores, com interferência direta da Federação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias de São Paulo.

Nos anos que precederam a reforma Capanema, primeira grande reforma na educação brasileira que teve influência significativa no ensino profissional, acirrou-se a disputa para a definição de um modelo educacional para o país. Dentro do Ministério da Educação, de maneira geral, o debate girava em torno de opiniões divergentes sobre a finalidade do ensino de nível médio. Havia os que defendiam que o ensino secundário mantivesse seu papel de preparação de pequena parcela da população para ingresso no ensino superior, outros que propunham que este tivesse uma finalidade própria na formação da população para todos os grandes setores da atividade nacional (CAMPOS, 1931) e um grupo que propunha a massificação do ensino profissional com vistas a criar uma separação do ensino propedêutico desde o nível primário até o superior<sup>6</sup>.

Uma grande necessidade e a preocupação central em relação à educação profissional neste período, tanto do Estado brasileiro quanto da Federação das Indústrias era a de implantar um sistema de aprendizagem industrial. A estruturação da educação profissional foi feita, então, com base na experiência do Estado de São Paulo<sup>7</sup>.

---

Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) as escolas não tinham o objetivo de desenvolvimento da indústria e das profissões, mas de resolver problemas decorrentes do crescimento da população urbana, por isso se fazia importante "não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e profissional, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime".

<sup>6</sup> Alguns defensores da perspectiva de implantação de um sistema dividido entre ensino secundário propedêutico e profissional foram Rodolfo Fuchs e Anísio Teixeira.

<sup>7</sup> O modelo paulista de organização e financiamento do ensino técnico baseava-se na colaboração entre empresas privadas, empresas estatais e escolas públicas. A cooperação se dava na seleção dos estudantes, aprendizes enviados pelas empresas, e no financiamento público e privado. A primeira experiência se deu no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, repetida pelo Serviço de Ensino e Seleção

Entre 1942 e 1946, o então ministro da educação, Gustavo Capanema, instituiu uma reforma que modificou o Ensino Secundário, e organizou o Ensino Industrial e o Ensino Comercial<sup>8</sup>. Foi nessa reforma, conhecida como Reforma Capanema, que se deu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em instituições de ensino eminentemente industrial<sup>9</sup>. Consolidou-se com a reforma Capanema um modelo que persiste até os dias atuais para o ensino profissional, o de cooperação público-privado. Cunha (2000) ressalta o caráter corporativista deste modelo, que se fundamenta no protagonismo do Estado, induzindo, protegendo e representando os interesses da iniciativa privada em prol da promoção do desenvolvimento da nação brasileira.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) apontam que a opção pela via corporativa não era a defendida por Capanema e pelo Ministério da Educação, mas sim pelo Ministério do Trabalho. O ministro da educação defendia que a educação, em qualquer nível, deveria ser obrigação do Estado. Em suas palavras:

“Não estando o aprendiz vinculado ao empregador, para servi-lo, por tempo determinado, na sua indústria, mas sendo livre de, finda a aprendizagem, tomar o rumo que quiser, é lógico admitir que o ônus de sua educação não seja somente dos empregadores, parcialmente interessados nela, mas também do Estado, que é o interessado maior pela educação popular.” (CAPANEMA apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000)

---

Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, que deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino de Seleção Profissional do Estado (CUNHA, 2000).

<sup>8</sup> Leis Orgânicas do Ensino profissional entre 1942 e 1946:

- Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-Lei n. 4.048 de janeiro de 1942
- Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942
- Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decreto-Lei n. 46.141 de dezembro de 1943
- Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei n. 9.613 de agosto de 1946

<sup>9</sup> Criação do SENAI e do SENAC: Decreto-lei 4.048, de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e os Decretos-leis 8.621 e 8.622 de janeiro de 1946, que instituem o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

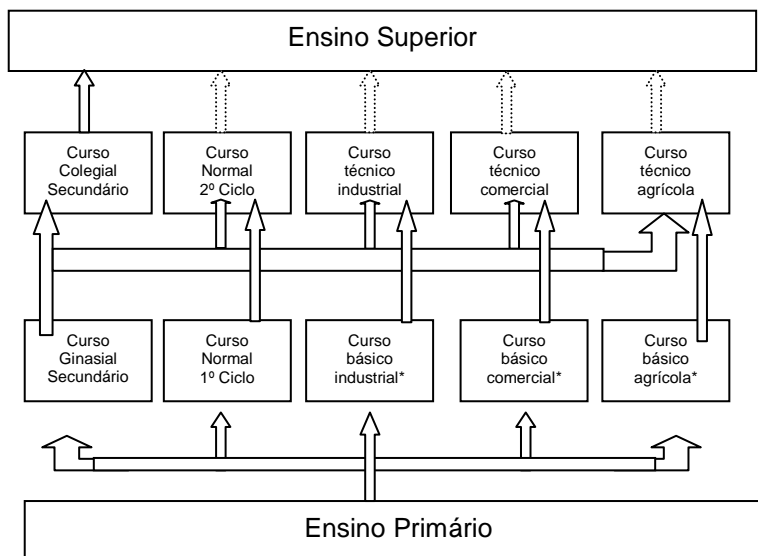
A disputa girava também em torno do modelo de ensino profissional que seria “importado”. Capanema era defensor de um modelo com origem europeia, com inspiração nos sistemas francês e germânico, que associava escola e oficina, que já vinha sendo desenvolvido em algumas escolas, desde o início da década de 1930. Já outros grupos no interior do Estado, principalmente no Ministério do Trabalho, apoiados pelos dirigentes das Indústrias, eram partidários do modelo estadunidense, mais suscetível à interação entre os setores público e privado.

O resultado da negociação pelo controle do ensino profissional de caráter industrial foi a criação de instituições a priori pautadas por uma gestão *bipartite*, como o SENAI, mas que verdadeiramente ficaram a cargo de instituições com interesses privados, neste caso, a Confederação Nacional da Indústria.

Em janeiro de 1942, o então presidente Getúlio Vargas assinou a lei que veio a organizar o ensino técnico industrial, que o instituiu como um ramo de ensino concentrado no nível secundário, composto por dois ciclos, o segundo ciclo tinha duração máxima de quatro anos e objetivava o “ensino de técnicas próprias ao exercício de caráter específico na indústria”. Para admissão nos cursos técnicos exigia-se a conclusão do 1º ciclo, em qualquer ramo do 2º grau, aptidão física e mental, bem como a aprovação em exames vestibulares<sup>10</sup>. A lei ainda instituiu barreiras para que concluintes do ensino técnico ingressassem no ensino superior, só permitindo o acesso a áreas relacionadas à de formação. (ver figura 1)

---

<sup>10</sup> As novas exigências do processo de admissão para os cursos técnicos foi uma significativa mudança que influenciou na mudança do público atendido. Anteriormente, as escolas de aprendizes artífices recrutavam seus alunos dentre os mais pobres, por serem entendidos como os mais necessitados da formação profissional. Ainda que a pobreza não tenha deixado de ser um critério implícito, passou-se a dar prioridade a ideia da aptidão para o desempenho de funções de ordem técnicas.



\* Cursos de aprendizagem profissional, respectivamente industrial, comercial e agrícola.

Figura 1.1 – Articulação entre os níveis de ensino segundo das leis orgânicas. (extraído de Campos, 2000)

A aprendizagem industrial constituiu um capítulo a parte no processo de estruturação do ensino industrial. Na lei orgânica, esta deveria ser um ramo integrado ao 1º ciclo, de responsabilidade dos empregadores e subordinado ao Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial, recém-criado.

Existia uma patente distinção entre as escolas de aprendizagem industrial e as escolas industriais. O ponto central era o público atendido, as primeiras eram direcionadas para os menores empregados e as últimas para os jovens que não trabalhavam. Cunha (2000) aponta ainda outra diferença importante:

O curso de aprendizagem era entendido como uma parte da formação profissional pretendida pelo curso básico industrial. É o que diz o trecho seguinte: “Os cursos industriais [básicos] são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício, cujo exercício requeira a mais longa formação profissional” (“lei” orgânica do ensino industrial, art. 9º, parágrafo 1º). Em contrapartida, “os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício” (idem, art. 9º, parágrafo 4º). (CAMPOS, 2000)

Está expresso na divisão entre escolas de aprendizagem e escolas industriais, mais uma vez, o conflito entre o Ministério da Educação e Saúde e as entidades patronais, via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo controle da escolarização profissional.

No final de 1946, além do SENAI, o sistema de ensino técnico era formado pelo SENAC, as antigas escolas de Aprendizes Artífices que ficaram sob exclusiva gestão do Governo Federal, algumas escolas estaduais e outras privadas.

Apenas na década de 1950, os egressos do ensino técnico e normal adquiriram, gradualmente, o direito de cursar o Ensino Superior, por meios das Leis de Equivalência de Anísio Teixeira: Lei 1076 de 1950 e Lei 1.821 de 1953. Várias eram, porém, as restrições a esse acesso, por exemplo, os egressos do Curso Normal só podiam ingressar nos cursos de Pedagogia e Letras, oferecidos pelas Faculdades de Filosofia. O amplo acesso dos egressos dos cursos técnicos e normal ao ensino superior só foi possibilitado com a aprovação da LDB de 1961.

Em 1961, entrou em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entre outras coisas, propiciou a expansão dos diversos níveis de ensino, no setor público, mas especialmente na rede privada, que passou a ter mais liberdade de atuação, inclusive podendo receber subvenção do Estado (art. 89). A primeira LDB também deu fim à dualidade de ensino, dando equivalência a todos os cursos de nível secundário, separado em técnico, colegial e magistério, mantendo os currículos diferenciados. O curso colegial secundário, por exemplo, era voltado para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, privilegiava os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior. Enquanto que, nos cursos técnicos, esses conteúdos eram reduzidos em favor de uma formação concentrada nas necessidades imediatas do mundo do trabalho. Com a LDB de 1961, os estabelecimentos de ensino industrial administrados pelo governo federal passam a ser denominados de Escolas Técnicas Federais.

Para Freitag (2005), a LDB de 1961 expressa o modelo de desenvolvimento pretendido para sociedade brasileira naquele momento. A autora percebe um conflito claro de interesses de classes na formulação da lei. De um lado, as classes populares pressionavam pela expansão da educação, o que resultou na fixação desta como 'direito' e 'dever' de todos (art. 2). Entretanto, com a manutenção da diferença de currículos entre os cursos de



nível secundário, a condição de classe continuava a ser responsável pela alocação dos indivíduos na estrutura ocupacional, já que os cursos profissionalizantes, cursados em sua maioria por pobres, nem sempre ofereciam conteúdos suficientes para ingresso no ensino superior. Além disso, a necessidade de trabalhar cedo afastava esses estudantes dos bancos universitários.

Modificações processadas na sociedade brasileira nas décadas seguintes influenciaram fortemente o projeto de desenvolvimento da nação e, com isso, a organização do sistema educacional. Em 1971, sob a égide do governo militar, é promulgada a Lei no 5.692/71, a segunda LDB, que se concentra na reforma de ensino de 1º e 2º graus<sup>11</sup>. Um dos aspectos mais marcantes da reforma foi a transformação da formação profissional no 2º grau de opcional em compulsória<sup>12</sup>. Uma explicação plausível para essa medida é a demanda por mão-de-obra qualificada gerada pelo “milagre brasileiro”, fase de intensa industrialização engendrada pela ditadura. Houve também uma intensa expansão dos ensinos de 1º e 2º grau na rede pública, sendo que o primeiro passou a ser definido na lei como obrigação do Estado.

O que aconteceu na prática, após a LDB de 1971, foi a concentração da oferta de vagas para formação técnica nas redes estaduais e federal. O currículo que se pretendia integrado acabou, na maioria dos casos, principalmente nos sistemas estaduais, a empobrecer a formação geral em favor do currículo de formação profissional. A maioria das escolas privadas continuou a oferecer cursos de 2º grau com currículos propedêuticos, concentrado nas ciências, letras e artes, uma das causas do fluxo dos filhos da classe média das escolas públicas para as privadas, de melhor qualidade, na busca de garantir uma formação que lhes permitisse continuar os estudos no nível superior (FREITAG, 2005).

---

<sup>11</sup> A LDB de 1971 modifica a nomenclatura dos cursos, o 1º grau agrupa os antigos primário e ginásio, enquanto o 2º grau passa a corresponder ao colegial.

<sup>12</sup> O modelo adotado foi de ensino integrado, composto pelas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências e, ainda, uma quarta área que privilegiava o Ensino Técnico.

Algumas consequências da reforma de 1971 foram: 1) o aumento sem precedentes das taxas de escolarização para os níveis de 1º e 2º graus, 2) acompanhado de uma crescente desvalorização e perda de qualidade do ensino público, principalmente nos sistemas estaduais e municipais.

O sistema federal de ensino, principalmente para os cursos de 2ª grau, passou por um movimento contrário ao dos outros sistemas públicos. Ao se concentrar na oferta de Ensino Técnico, as escolas foram consolidadas e fortalecidas, em parte por todo incentivo do Estado, mas também pela experiência que já possuíam nesta modalidade. Em 1978, um decreto transformou as Escolas Técnicas Federais (ETF) dos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). A diferença dos Cefets em relação as ETF's é que estas eram autarquias de regime especial, que detinham autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, além de possuir Estatutos e Regimentos próprios. O movimento de transformação de todas as ETF's em Cefets seguiu-se nos anos posteriores.

O processo de redemocratização brasileiro marca também o declínio de parte do modelo de educação imposto na LDB de 1971. O “milagre brasileiro” já havia se tornado um sonho distante e com seu distanciamento diminuía a pressão por cursos técnicos a nível de 2º grau. A partir do final dos anos 1980, os cursos de formação geral passaram a ser hegemônicos. O único sistema de ensino que permaneceu com a mesma estrutura no oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes foi o federal, o que só veio a se modificar com a nova LDB, que entrou em vigor no ano de 1996.

### **A Educação Profissional pós LDB de 1996 e o processo de reestruturação produtiva**

O início da década de 1990 assinala o ingresso definitivo do Brasil no processo de reestruturação produtiva, pelo qual já vinham passando vários

países no mundo industrializado. A intenção do governo brasileiro ao deflagrar o processo de reestruturação era inserir o país no novo modelo de economia mundial, como alternativa para saída da crise econômica que se estendia desde o início da década anterior. Em termos gerais, a proposta era de abertura do mercado brasileiro à economia internacional, baseada em uma política neoliberal. O neoliberalismo é um tipo de política que exige a redução da presença do Estado no financiamento das políticas sociais e aumento da flexibilidade, qualidade e produtividade no sistema produtivo. (KUENZER, 1997:66)

Com relação à educação, nessa época também crescem as críticas ao modelo de educação especializado e fragmentado com forte influência do padrão taylorista, adotado no período da ditadura militar. Na nova perspectiva, a educação aparece como fator determinante para o desenvolvimento do país, especialmente para os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil.

As reformas realizadas na educação no período também são reflexos dessa mudança estrutural que atravessava a sociedade brasileira, muitas delas foram, inclusive, orientadas por organismos internacionais<sup>13</sup> com os quais o país passou a manter uma relação cada vez mais de dependência. O resultado de período foi uma modificação profunda do sistema educacional brasileiro, que tem como marco demarcatório a nova LDB, que começou a ser elaborada em 1988, mas foi promulgada apenas no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996. (CUNHA, 2002; OLIVEIRA, 2006)

Na LDB de 1996 o ensino de 1º grau passa a ser chamado de Ensino Fundamental e o 2º grau é denominado Ensino Médio. O Ensino Fundamental e o Médio compõem o Ensino básico, que passa a ser obrigação do Estado, em seus âmbitos federal, estadual e municipal. A integração do Ensino Médio com o

---

<sup>13</sup>Um exemplo das ações desses organismos internacionais foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em 1990, organizada pela UNESCO. Nesta conferência foi proposto aos países participantes o estabelecimento do compromisso de educação para todos, com responsabilidade do Estado, que deveria ser cumprido em um período de 10 anos, ou seja, até o ano de 2000.

Ensino Profissional deixa de existir. Dessa forma, o sistema educacional brasileiro passa a ser estruturado em dois níveis, básico e superior, sendo o ensino técnico considerado como uma formação não obrigatória e que pode ser oferecida paralela ou posteriormente ao Ensino Médio<sup>14</sup>. As novas modalidades de Ensino Profissional de nível médio com a nova Lei foram: 1) a Concomitante ao Ensino Médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo ser realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa); 2) e a Sequencial, destinada a quem já concluiu o Ensino Médio.

Apesar de significativa, essa mudança estrutural na educação brasileira promovida pela LDB aconteceu sem que houvesse grande mobilização da sociedade, contrária ou a favor. Vários fatores podem ter contribuído para que isso tenha acontecido, como o direcionamento dos estudantes para os cursos universitários. Ao longo da década de 1990 começou a existir uma significativa pressão da sociedade para que se aumentassem as vagas no ensino superior e que o acesso a essas vagas se tornasse menos desigual. Outro fator importante é que muitos cursos técnicos tinham se tornado obsoletos e não articulados com as novas formações exigidas no mercado de trabalho.

Os anos seguintes à promulgação da LDB de 1996 foram marcados por várias ações do governo brasileiro para a reforma da Educação Profissional. Em 1997, foi iniciado o Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep –, que desenvolvia ações integradas para a educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia. O objetivo do Proep era a ampliação de vagas através da diversificação de ofertas de novos cursos e novas instituições. A expansão do ensino profissional pelo Proep se deu através do incentivo financeiro a

---

<sup>14</sup> A partir da nova LDB a educação profissional passou a ser dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos poderiam ser feitos por concluintes da educação fundamental, enquanto o Ensino Técnico destinava-se a cursantes ou àqueles que concluíram o Ensino Médio. Os cursos tecnológicos pertenciam à educação superior, porém, com carga horária mínima significativamente menor que as demais carreiras deste nível.

iniciativas dos governos estaduais ou municipais, do setor privado ou de organizações não governamentais, que deveriam ser responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

O Proep, na realidade, não conseguiu alcançar os objetivos pretendidos em relação à expansão do ensino profissional. Grande parte das escolas estaduais ou comunitárias não logrou êxito, porque o programa pretendia que estas se tornassem autônomas e não mais dependessem de verbas públicas para sua manutenção depois de um período estipulado, o que não aconteceu na maioria dos casos.

### **Ensino Profissional no Brasil da “era Lula”**

A organização do ensino profissional de nível médio só passaria por nova inflexão a partir de 2003, com ações engendradas no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A nova gestão do Ministério da Educação (MEC) promoveu vários debates em que tentava estruturar novas bases para a relação entre o Ensino Médio e a educação profissional e discutir a própria finalidade do último<sup>15</sup>.

Após os debates, setores do governo federal chegaram ao entendimento de que era necessário garantir um ensino que pudesse integrar a educação básica e a formação profissional. A intenção é de que a integração pudesse desenvolver uma formação que contemplasse o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade e que conduzisse o estudante à educação de nível superior, por exemplo, mas também que pudesse contribuir para a inserção rápida no mercado de trabalho para aqueles que necessitassem.

---

<sup>15</sup> Existia a proposta de que no Brasil fosse adotado o modelo de educação politécnica, que contribuísse para a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, pautada numa educação universal e unitária, orientada para “o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003, p.140). A educação politécnica deveria, assim, voltar-se para o domínio dos fundamentos científicos de variadas técnicas e não em cursos técnicos específicos.

Para cumprir os objetivos das novas definições do ensino profissional, foi necessário revogar o decreto de 1996 que impedia a integração do Ensino Médio à educação profissional. Foi mantida, porém, a determinação que criava as modalidades de cursos técnicos concomitantes e subsequentes<sup>16</sup>.

A partir de 2004, com a criação dessa possibilidade legal, várias escolas da rede federal, que haviam sido obrigadas a separar Ensino Médio do Ensino Técnico, iniciam a volta gradual ao modelo integrado.

Em 2008, passados quatro anos das modificações iniciadas em 2004, foi instituído o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, um mecanismo do MEC para orientar e organizar a oferta de Ensino Técnico no Brasil. Com o Catálogo foram estruturados 12 eixos tecnológicos<sup>17</sup>, que somam 185 possibilidades cursos, visando atender às exigências do mundo profissional contemporâneo, mas que podem também ser ajustados às peculiaridades regionais.

Ainda que haja uma clara preocupação com o planejamento e a avaliação dos cursos técnicos oferecidos no país, as ações do governo federal para expansão ficaram concentradas na ampliação da rede federal de educação tecnológica. A principal medida tomada foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), que agruparam diversas instituições da rede federal de Ensino Técnico e tecnológico federais nos estados. Segundo a lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais, estes devem oferecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Em relação a suas características, os IFs são equiparados às universidades federais, possuem a

---

<sup>16</sup> Apesar do aparente avanço, várias críticas foram feitas à política para o Ensino Profissional no governo Lula, como a inabilidade deste em constituir uma política pública do Estado brasileiro para a modalidade de ensino (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005) ou a falta de prioridade na plena integração do Ensino Médio com a EP Educação Profissional, contrariando a proposta para o Ensino Profissional de governo na candidatura a presidência (FERREIRA; GARCIA, 2005).

<sup>17</sup> Os eixos são: 1) Ambiente, Saúde e Segurança, 2) Apoio Educacional, 3) Controle e Processos Industriais, 4) Gestão e Negócios, 5) Hospitalidade e Lazer, 6) Informação e Comunicação, 7) Infraestrutura, 8) Militar, 9) Produção Alimentícia, 10) Produção Cultural e Design, 11) Produção Industrial, 12) Recursos Naturais.

atribuição de credenciar e certificar competências profissionais, e também têm autonomia para criar e extinguir cursos<sup>18</sup>.

Segundo dados do MEC, no período de 2002 a 2010 a rede federal cresceu em mais de 130%; entretanto, quando observados os dados sobre as categorias administrativas das instituições de Ensino Profissional, em nível nacional, é expressiva a participação da rede privada, em 2009, o percentual passou dos 60%, e as vagas oferecidas se aproximaram dos 50%<sup>19</sup>. Em relação à oferta de vagas na rede privada, a maioria se destina ao segmento de qualificação profissional, como mostra o suplemento da PNAD de 2007, “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional”, realizado pelo IBGE, em convênio com o Ministério da Educação.

Os cursos de qualificação profissional não restringem sua oferta a qualquer grau de escolaridade, o qual pode variar de acordo com as exigências de cada programa de curso. O Sistema “S”(SENAI, SENAC, SESI, SESC), ONGs e organizações comunitárias ou ligadas a empresas e sindicatos são os grandes responsáveis pela formação neste tipo de curso.

Quando observados os dados sobre Educação Profissional, relativos aos cursos técnicos de nível médio, as instituições da rede pública têm participação bem mais significativa, mesmo que o percentual possa variar entre estados e regiões. A pesquisa acima citada, realizada pelo IBGE em parceria com o MEC, revelou que em 2007 36,7% dos que faziam curso técnico estavam em instituições públicas, 49,6% em instituições privadas e 13,4% no Sistema “S”.

De acordo aos dados dos Censos da Educação Básica, nos últimos anos tem aumentado significativamente o número de escolas das redes estaduais com vagas para Educação Profissional, a maioria dos cursos

---

<sup>18</sup> No início de 2010, a rede federal possuía 38 IFs, com presença em todos estados, outras instituições que não haviam aderido, dois Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica, totalizando 354 escolas, que ofereciam cerca de 500 mil vagas em todo o país.

<sup>19</sup> Para Oliveira (2006), o caráter privado da Educação Profissional da atualidade reflete o processo de privatização desse tipo de educação, que foi recomendado pelas agências internacionais de financiamento desde o início da década de 1990 e levado a cabo pelo governo federal.

oferecidos é nas modalidades concomitantes ou subsequentes. A integração entre Ensino Médio e Educação Profissional tem crescido, ainda que, atualmente, não chegue a representar nem 1% do total das matrículas do Ensino Médio. (INEP, 2009)

Atualmente, as redes estaduais de Educação Profissional possuem diferenças estruturais muito grandes entre si. Vão desde sistemas cuja organização foi se fortalecendo ao longo de várias décadas até aqueles que praticamente cessaram a oferta de cursos na década entre as décadas de 1980 e 1990, alguns retornando recentemente após a mudança na legislação, outros sem demonstrar claras tentativas de remodelação.

O sistema estadual de Educação Profissional de maior abrangência é o do estado de São Paulo<sup>20</sup>, este é centralizado em uma instituição, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). A partir de 1997, o CEETEPS passou a oferecer cursos modulares subsequentes ou concomitantes ao ensino médio e com duração de 3 ou 4 semestres. Mesmo com as mudanças na lei, com o decreto federal de 2004, que possibilitou a reintegração entre ensino médio e técnico, a estrutura modular dos cursos não passou por modificações. Para Silva Jr. e Ferretti (2006), a estrutura modular do sistema teve como resultados a queda da qualidade da educação oferecida e a elevação do nível de evasão.

Outras redes estaduais voltaram a investir na Educação Profissional, impulsionadas pela nova legislação de 2004. O estado da Bahia, por exemplo, iniciou um grande processo de reestruturação da educação profissional técnica a partir do ano de 2005. Na expansão, priorizou-se a oferta de cursos na modalidade integrada, com duração de quatro anos. Além disso, foram criados novos cursos relacionados aos eixos tecnológicos do Catálogo Nacional, voltados para as demandas socioeconômicas e ambientais locais de

---

<sup>20</sup> Em 2009, as matrículas nas Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia de São Paulo superaram o número de 170 mil, das quais cerca de 142 mil realizadas no Ensino Técnico de nível médio.



qualificação da mão-de-obra. A proposta do governo do Estado foi a ampliação da oferta de vagas através da construção de polos territoriais em várias cidades do interior e na capital.

Diferente do acontecido na Bahia e em São Paulo, o estado do Rio de Janeiro apresenta uma rede estadual que não vem sofrendo muita influência em decorrência das mudanças realizadas na concepção do Ensino Profissional. De maneira sucinta, a Secretaria de Educação do Estado aponta que a Educação Profissional oferecida na rede estadual “tem como objetivo criar cursos direcionados para acesso ao mercado de trabalho tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam aprimorar suas qualificações”. As vagas oferecidas pelo estado do Rio de Janeiro concentram-se na modalidade concomitante e subsequente, em cursos concentrados nas áreas de Gestão, Hospitalidade, Lazer, Informática e Comunicação.

### **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**

Além das várias modificações nos sistemas estaduais de educação profissional, começa a ser esboçada a proposta de expansão do Ensino Profissional do Governo da presidenta Dilma Roussef, através do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec). O Programa utiliza o slogan “expandir, interiorizar e democratizar” para anunciar um conjunto de ações que prometem a ampliação da oferta de vagas presenciais e de ensino a distância, da rede federal e das redes estaduais de educação profissional, tanto para os cursos técnicos de nível médio, quanto para os de formação inicial e continuada.

Para a expansão a proposta é investir Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica<sup>21</sup>. Nos Estados, o PRONATEC será desenvolvido

---

<sup>21</sup> “A medida intensifica o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país. Além das 81 unidades que estão em execução e devem ser inauguradas neste e no próximo ano, o governo Federal deve anunciar nos próximos dias outras 120. Com as 140 existentes até 2002, mais as 214 inauguradas no governo anterior, a rede federal deverá contar com cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil estudantes, em todo o país.”

pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Através do programa serão repassados recursos, com vistas a construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores. O PRONATEC ainda promete uma ampliação na oferta de vagas via ensino a distância, com a ampliação da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), com projeto de oferecer mais de 170 mil vagas, em 2014.

No entanto, a grande novidade fica por conta do plano de parceria do governo federal com instituições de ensino técnico privado, na abertura de linhas de crédito com intenção de financiar estudantes pobres que optem por ingressar na modalidade de ensino. Diferente do FIES voltado para alunos que desejam cursar o ensino superior, o FIES do ensino técnico conta com duas modalidades de crédito, uma para estudantes que desejem cursar no ensino técnico, e outra para empresas que queiram formar seus funcionários em escolas privadas habilitadas pelo MEC ou no Sistema S.

As autoridades governamentais tem afirmado que o Pronatec visa atender a demanda por trabalhadores especializados, gerada pelo crescimento industrial do país. O que se nota no desenho do programa é uma tentativa de que o ensino técnico passe a atingir a parcela da população para qual este teria um real caráter de terminalidade, na inserção do estudante no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Um exemplo disso é que o atendimento prioritário do programa é voltado para beneficiários dos programas federais de transferência de renda, além de estudantes de ensino médio e pessoas já inseridas no mercado de trabalho.

Ainda que boa parte das ações do PRONATEC já seja desenvolvida para outros fins, como no caso do FIES, por não terem sido implementadas é difícil tratá-las a respeito de seu sucesso ou não. Serão necessários alguns anos para que essa “nova” política para o ensino técnico possa ser avaliada em seus impactos. Temos, por ora, a certeza de que a análise dessas mudanças

---

pode dar indícios de qual o lugar da educação, especialmente a modalidade de ensino técnico, no atual modelo de desenvolvimento traçado para o Brasil.

### **A heterogeneidade na organização do Ensino Profissional de nível médio no Brasil: algumas de suas implicações**

As mudanças processadas ao longo da história do Ensino Profissional no Brasil conformaram o sistema atual, que se caracteriza por ser extremamente variado, mas reduzido se comparado ao total do sistema educacional do país. Outro aspecto são as diferenças resultantes da organização administrativa, isso porque as redes federal, estadual e privada, foram estruturadas em bases bastante distintas.

O ensino privado, que possui maior número de instituições e matrículas, recebeu constante incentivo ao crescimento, principalmente a partir da década de 1970, inclusive com injeção de recursos públicos. Nas redes estaduais, o crescimento de vagas de nível médio como um todo e também da integração com o Ensino Profissional também aconteceu com a promulgação da segunda LDB, entretanto, a expansão se deu acompanhada de uma gradual desvalorização e perda da qualidade do ensino.

De forma diametralmente oposta ao ocorrido nas redes estaduais, a rede federal de educação profissional passou, no mesmo período, por um processo de valorização tanto institucional quanto social, o primeiro decorrente de sua incorporação nos vários projetos de desenvolvimento engendrados pelos Governos Federais. O segundo é fundamentado em um reconhecimento social de que a formação oferecida pelas escolas da rede é eficaz para a transição dos alunos às próximas etapas do ciclo de vida social que se referem à continuidade da formação escolar e inserção no mundo do trabalho.

As ações para o ensino técnico que foram desenvolvidas ao longo da primeira década do século XXI promoveram uma ampliação significativa dessa modalidade de ensino, sem, contudo, modificar a estrutura de prestígio consolidada durante a ditadura militar. As escolas técnicas federais continuam a

ser consideradas centros de formação de excelência para onde afluem filhos das camadas médias em busca de ensino de qualidade, que os possibilite ingressar no ensino superior. As escolas privadas oferecem a formação em maior quantidade, mas a grande parte das vagas oferecidas é na categoria de qualificação profissional, que não se constitui como escolarização básica formal. Longe de tentar construir uma oposição simples entre público e privado em relação ao ensino técnico, o que se pretende é acrescentar essa perspectiva ao debate sobre os as formas e os usos da modalidade de ensino no país.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971, Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1o e 2o graus*. Diário Oficial da União. Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Brasília, 2009.

CAMPOS, F. *Exposição de motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o Projeto de Reforma do ensino Superior*. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Decretos nos 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

CUNHA, L. A. As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do Ensino Técnico: a crítica da crítica In.: ZIBAS, D. M. et al. (Orgs.). *O Ensino Médio e a reforma da educação básica*. Brasília: Plano, 2002. p. 103-134.

\_\_\_\_\_. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Flasco, 2000

FREITAG, B. *Escola, estado e Sociedade*. São Paulo: Centauro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (orgs.) *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo, Cortez, 2005.

FURTADO, Celso. *Formação Económica Do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

IPEA. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2010.

KUENZER, A. Z. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, R. de. *Agências multilaterais e a educação profissional brasileira*. Campinas: Alínea, 2006.

RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. Campinas, Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil 1930-73*. Petrópolis, Vozes, 1978

SAVIANI, D. O Choque teórico da Politécnica. Texto originado do Seminário “Choque Teórico”, realizado no Rio de Janeiro de 02 a 04 de dezembro de 1987 e organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Revista: Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.

SCHWARTZMAN, S., H.M.B. BOMENY, and V.M.R. COSTA. *Tempos de capanema*. 2 ed. Numero de. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.